

DESPACHO INTERNO N.º2 /DGU/2023

Assunto: **Subdelegação de competências da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística (DGU) na Chefe da Divisão de Licenciamento de Edificações Urbanas (DLEU), Arquiteta Sónia Paulo Cardoso**

No âmbito das competências que me foram subdelegadas pelo Sr. Diretor Municipal do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Arquiteto Luís Pedro Vieira Piques Serpa, através dos Despachos n.ºs 3/DMOTDU/2023 e 4/DMOTDU/2023, ambos de 2 de fevereiro, de nos termos do disposto nos artigos 46.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no artigo 38.º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual (RJAL), **subdelego na Sr.ª Chefe da Divisão de Licenciamento de Edificações Urbanas (DLEU), Arquiteta Sónia Paulo Cardoso:**

1. No âmbito da gestão urbanística e edificação

As competências previstas no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, no que respeita ao licenciamento de obras particulares e nos assuntos que correm pela divisão que chefia:

- a) Dirigir a instrução do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do RJUE;
- b) Decidir sobre questões de ordem formal e processual, no âmbito do saneamento e apreciação liminar, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do RJUE, conjugado com o n.º 10 do mesmo preceito;
- c) Proferir despacho de aperfeiçoamento do pedido ou rejeição liminar, e promover as respetivas notificações, nos termos dos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 11.º do RJUE, conjugado com o n.º 10 do mesmo preceito;
- d) Emitir certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE;
- e) Definir as parcelas afetas aos domínios público e privado do município, nos termos do n.º 3 do artigo 44.º do RJUE, com exceção das operações de loteamento;

- f) Proceder à certificação, para efeitos da constituição de propriedade horizontal prevista no n.º 3 do artigo 66.º do RJUE;
- g) Proceder à comunicação, no âmbito do dever de informação mútua sobre processos relativos a operações urbanísticas, ao abrigo do n.º 1 do artigo 120.º do RJUE.

2. No âmbito da manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes

A competência para promover a realização de inspeções periódicas e extraordinárias, reinspecções, e determinar a realização de inquéritos a acidentes decorrentes da utilização ou das operações de manutenção das instalações¹, bem como o exercício das seguintes competências:

- a) Propor a selagem das instalações que não ofereçam as necessárias condições de segurança, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 11.º;
- b) Exercer os procedimentos de controlo, nos termos do n.º 5 do artigo 22.º.

3. No âmbito da gestão corrente

As seguintes competências:

- a) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória da subdelegante;
- b) Assinar correspondência e expediente necessários à mera instrução de processos;
- c) Autorizar a emissão de certidões e fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processo ou documentos constantes de processos arquivados, e que careça de despacho ou deliberação dos eleitos locais.

4. No âmbito da gestão de recursos humanos

As seguintes competências:

¹ Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, na redação atual, e do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras (Regulamento n.º 364/2012, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 157, de 14 de agosto – Edital n.º 243/2012).

- a) Autorizar o gozo de férias, bem como a acumulação, até ao limite de 10 dias para o ano civil imediato;
- b) Justificar e injustificar faltas;
- c) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória da subdelegante;
- d) Assinar a correspondência e expediente necessários à mera instrução dos processos.

5. No âmbito da realização de despesa

No âmbito das competências ora subdelegadas, e tendo em consideração os limites estabelecidos pelo Sr. Presidente da Câmara na alínea c) do Ponto IX do Despacho n.º 1/2023, de 2 de Janeiro, fica a Sr.ª Chefe da DLEU autorizada a realizar despesa com locação ou aquisição de bens e serviços inerentes ao funcionamento da respetiva divisão até ao valor de 10.000€ (dez mil euros).

O presente despacho subdelegatório produz efeitos a partir da presente data, podendo, no entanto, ser avocadas as competências nele previstas, sempre que a relevância do ato a praticar justifique que o mesmo seja tomado pela signatária subdelegante.

Nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os atos administrativos praticados pela subdelegada entre o dia 2 de Janeiro de 2023 e esta data, que estejam em conformidade com a presente subdelegação de competências.

Oeiras, 07 de março de 2023

A Diretora do Departamento de Gestão Urbanística

Paula Cristina Guilherme Coelho da Rocha Cabral